



Entrevista: Ivan Garísio Sartori

O novo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo fala com exclusividade ao *Tribuna da Magistratura* e revela quais os planos para vencer os desafios da Justiça, do Judiciário e dos Magistrados de São Paulo:

“As mudanças têm que acontecer para que estejamos integrados com as necessidades das pessoas e do mundo”

PÁGINA 7

POSSE • Dois novos Desembargadores no TJ/SP



A maior Corte estadual do Brasil passa a contar com os Magistrados Leonel Carlos da Costa e Renato Delbianco.

PÁGINA 11

TJ/SP • Processo eleitoral escolhe três novos integrantes do Órgão Especial da Corte Paulista



Os Desembargadores Luís Soares de Mello Neto, Carlos Eduardo Cauduro Padin e Paulo Roberto Grava Brazil são eleitos para a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo no biênio 2012/2014.

PÁGINA 10

Coesão traz resultados

(...) o cenário parece complexo. E é. Não há saídas mágicas. Será preciso mudar paradigmas em quase todos os sentidos

Fernando Figueiredo Bartoletti

1º Vice-Presidente
ffbartoletti@apamagis.com.br

Na última edição do *Tribuna da Magistratura*, pudemos avaliar um pouco do difícil panorama que se desvenda em relação ao Judiciário de maneira geral e, sobretudo, no que diz respeito à Justiça de São Paulo.

Em poucas palavras, temos problemas herdados da falência do Estado, que em muitos casos apenas cumpre com o seu dever compelido pelo Judiciário; somos mal compreendidos pela sociedade e de maneira particular pela mídia; e estamos no limite máximo de produtividade (se é que não ultrapassamos diante da estrutura sucateada de que dispomos).

Além disso, os indícios dão conta de que a carga processual vai continuar aumentando e, portanto, a pressão da sociedade vai seguir a mesma tendência. Noutras palavras, o cenário parece com-

plexo. E é. Não há saídas mágicas. Será preciso mudar paradigmas em quase todos os sentidos.

Qualquer que seja a fórmula a ser adotada, ela se inicia num ponto inegociável: é preciso manter a coesão dos Magistrados, algo que obtivemos depois de muito esforço de cada um. Ao contrário de se buscar um pensamento único ou hegemônico, temos que fomentar o debate plural, dialético. E nesse sentido a APAMAGIS se reveste de vital importância, sempre realçada pelo Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori, em suas declarações públicas.

As conquistas dessa união estão em todas as partes. No âmbito associativo, vemos a aquisição da Sede Social, que poderia ser vista como devaneio por céticos. Diversamente, temos um patrimônio, obtido com o fruto de nosso trabalho e que com certeza há de atravessar gerações.

Se a observação se der no plano institucional, seria impossível relembrar cada uma das conquistas que nasceram



de discussões dentro da APAMAGIS, seja em Encontros de Coordenadores ou dos Fóruns Especiais ou listas de discussão. A título de exemplo, rememoremos a agressão ao Estado de Direito com os bárbaros atentados praticados por uma facção criminosa e a importância da APAMAGIS e seu então Presidente Amorim como ponto de partida do res-

gate das Leis Penal e Processual Penal e, portanto, da esperança. Essa postura foi exortada pelo Governador e diversos Parlamentares.

Exemplo mais recente de que a coesão redundava em vitória, ainda que o trajeto seja longo e dificultoso, é a aprovação da criação dos cargos de Assistentes para os Juizes de primeiro grau. Quando lançada a ideia, poucas foram as pessoas que acreditavam ser possível um resultado positivo. Anos seguidos de trabalho mostraram que o impossível era viável. Mais empenho e o viável se tornou possível. E, finalmente, convencemos os representantes do povo – os Deputados estaduais – que o possível era vital.

Esse é o nosso desafio, agora numa escala muito maior. Precisamos mostrar à população, aos seus representantes e aos veículos de comunicação que a Justiça é algo indispensável à paz social e, portanto, não é custo e sim investimento para garantir a democracia e o pleno Estado de Direito. ■

Questão de Honra

O Poder Judiciário, sem sombra de dúvida, é a última trincheira do cidadão contra qualquer tipo de violação a seus direitos individuais ou coletivos

Irineu Jorge Fava

2º Vice-Presidente
irineufava@apamagis.com.br

Nunca houve na história da APAMAGIS um início de gestão tão turbulento ou agitado como a atual. Uma verdadeira avalanche de notícias e críticas negativas da parte da imprensa angustia toda a Magistratura, sobretudo a paulista.

Nossa APAMAGIS acompanha atentamente toda essa situação e não medirá esforços para recompor a verdade dos fatos, muitas vezes distorcidos, que recheiam o noticiário daqueles veículos de comunicação que se preocupam apenas em denegrir a imagem do Poder Judiciário, prestando com isso um desserviço à sociedade e também ao Estado Demo-



crático de Direito. Enganam-se aqueles que acreditam em uma verdadeira democracia sem um Judiciário independente e prestigiado.

O Poder Judiciário, sem sombra de dúvida, é a última trincheira do cidadão contra qualquer tipo de violação a seus direitos individuais ou coletivos. Assim, não há razão para que se queira enfraquecer uma instituição que tem como objetivo primordial dar a cada um o que é seu, assegurando com isso a tão almejada distribuição de Justiça.

Nossa instituição funciona fundamentalmente graças à abnegação e à dedicação de seus membros, que – não raras vezes – sacrificam até o sagrado convívio familiar para agilizar o julgamento de seus inúmeros processos. Somente aquele que vive o cotidiano do Judiciário sabe que o volume de trabalho é desumano e invencível, especialmente diante da precária estrutura disponibilizada

pelo Estado. Mas, mesmo assim, os Juizes não esmorecem.

Para incrementar essa disposição dos Juizes, a APAMAGIS também concorre decisivamente, dando o necessário suporte institucional para garantir a eles um mínimo de dignidade funcional.

Parodiando o saudoso Tancredo Neves, não podemos nos dispersar. Parece discurso pronto ou jargão comum, mas a verdade é que, sem união, a instituição se enfraquece ainda mais e permite que seus detratores atinjam seus inconfessáveis objetivos.

A atual Diretoria, assim como as anteriores, não medirá esforços – nem poupará quem quer que seja – para garantir aos Magistrados respeito às suas irrevogáveis prerrogativas.

Vamos à luta. ■

O Judiciário foi deixado para trás

Por isso, é natural que diante da morosidade estrutural — não de pessoal — do Judiciário o cidadão legitimamente questione a qualidade da Justiça que lhe é oferecida

Roque Antonio Mesquita de Oliveira

Presidente da APAMAGIS
roquemesquita@apamagis.com.br

O calendário indica que o Brasil está no século XXI há pelo menos 11 anos, mas alguns setores privilegiados de nossa sociedade já estão no novo século alguns anos antes dos demais. Ponto favorável para eles porque mostra a pujança de nossa gente e nossas organizações em acompanhar os avanços e superar até mesmo o calendário gregoriano. Mas, lamentavelmente, os parabéns não são para todos os segmentos. E a Justiça, infelizmente, é uma das tristes exceções em nossa sociedade, por não se encontrar entre os segmentos mais modernos. Sucateada em sua infraestrutura há décadas, um dos Poderes da República foi deixado para trás ainda no longínquo século XX.

Há que se fazer uma ressalva quando se analisa o problema da falta de condições de trabalho na Justiça. O material humano — Magistrados e demais funcionários do Judiciário — é feito da mesma matéria-prima dos demais cidadãos: em sua vasta maioria composta por gente séria, abnegada, que não desiste e que, por livre e espontânea vontade, decidiu servir à coletividade ingressando no serviço público. O sucateamento da infraestrutura da Justiça começa na ponta dos dedos desses cidadãos, em suas ferramentas de trabalho. Canetas, lápis, máquinas de escrever — que meu neto acha que é um computador com impressora acoplada — e pilhas e mais pilhas de papéis povoam o cotidiano desses brasileiros que atendem outros cidadãos como eles, ansiosos por verem suas justas demandas resolvidas. Cidadãos esses que convivem em seu

cotidiano com todas as mais modernas ferramentas de tecnologia e gestão, agilizando suas vidas particulares e seus negócios, posicionando suas vidas na era moderna.

Por isso, é natural que diante da morosidade estrutural — não de pessoal — do Judiciário o cidadão legitimamente questione a qualidade da Justiça que lhe é oferecida, a partir dos impostos pagos por ele. Com isso, um dos efeitos colaterais da precariedade da infraestrutura jurídica é a imagem de serviço lento e demorado que a Justiça carrega. Afinal, quem procura a Justiça vai atrás de solução e não de dor de cabeça.

Curiosamente, a confiança da população na Justiça está aumentando, a despeito da falta de infraestrutura. De acordo com os dados disponibilizados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2010 deram entrada 4,6 milhões de novos casos em primeira instância, contra 3,9 milhões de processos no ano anterior. Isso significa que 700 mil novas demandas foram apresentadas à Corte em busca de Justiça, mais gente acredita que a via legal e civilizada é o caminho mais seguro para fazer valer seus direitos. No outro lado do balcão, nos Fóruns, a realidade do trabalho desafia a imaginação.

Atualmente, cerca de 2 mil Juízes atuam nos Tribunais de primeira instância distribuídos em todo o estado de São Paulo. Eles constituem a face mais próxima que o cidadão tem da Justiça, pois são os Magistrados de primeiro grau os primeiros a examinarem as demandas. Nas mãos de cada um desses Magistrados há, atualmente, algo em torno de 9.802 processos, e é justamente na proporção desses números que reside uma parte dos problemas. Cada caso exige uma atenção mínima de duas horas e meia para ser bem



Noel Thomas

examinado, porque ninguém quer que seu pleito seja visto em ritmo de *fast food*. Toda causa tem no mínimo duas pessoas envolvidas, além dos respectivos Advogados autores das peças jurídicas incorporadas ao processo, e, em respeito a elas, o Magistrado se debruça concentrado para conhecer os autos que embasarão sua tomada de decisão.

Pois bem, voltando aos números podemos imaginar que os Juízes de primeira instância gastariam algo como 24.505 horas ou 3.063 dias corridos, sem interrupção para finais de semana, Natal, Páscoa e os demais feriados, para dar conta do número de processos que hoje eles têm em mãos. Com oito horas de trabalho ininterruptas, sete dias por semana, ao final de oito anos, a pilha de 9.802 processos estaria despachada. E sem esquecer uma providência importante: sem receber mais nenhum novo processo. Como isso não é possível, chega-se ao óbvio: a atual infraestrutura do Judiciário não permite que a conta feche.

Quantificar o custo dos investimentos é importante em qualquer organização e se torna ainda mais obrigatório quando é feito com dinheiro público. Todavia, a sabedoria popular aponta um tipo de economia muito prejudicial ao poupador: a economia de palito. Não gastar não é sinônimo de poupar ou mesmo de investir com inteligência. Mas aplicar recursos do cidadão em favor dele próprio é lição de boa gestão do dinheiro público, que merece ser repetida inúmeras vezes como exemplo. Formas de controlar o destino das verbas existem, sendo que uma das mais simples é garantir a destinação pura e simples do dinheiro através de um recurso que a gíria político-administrativa chama de “carimbar a verba”, tornando seu uso obrigatório para a modernização da infraestrutura.

Aplicar recursos na implantação de uma infraestrutura tecnologicamente avançada e eficiente integrando todos os Fóruns do estado e o TJ/SP representa trazer o Judiciário paulista para o século XXI. Significa dotar o Judiciário do Estado de aparelhos eficientes na agilização do cotidiano dos Fóruns, levando Justiça de maneira mais rápida — porque eficiente ela já é, haja vista a qualidade de quem trabalha no aparelho Judiciário em todos os seus níveis. Em resumo, aplicar recursos em favor da sociedade sempre será matéria obrigatória e muito bem vinda em qualquer tempo e por qualquer governo. Oposições a ações como essa surgirão, inclusive com questionamentos legítimos, envolvendo desde os valores gastos até a tecnologia escolhida para prestar serviço. Mas o certo mesmo é que o cidadão — com ou sem toga — agradecerá nas ruas, nos Fóruns e nas urnas. ■



Tribuna da Magistratura

Publicação da Associação Paulista de Magistrados
Ano XXI - n° 208

R. Tabatinguera, 140 - sobreloja
CEP: 01020-901 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3292-2200
Fax: (11) 3292-2209

Tiragem: 3.600 exemplares

APAMAGIS

apamagis@apamagis.com.br

Presidência
presidencia@apamagis.com.br

Secretaria
secretaria@apamagis.com.br

Imprensa

imprensa@apamagis.com.br

Convênios

convenios@apamagis.com.br

Informática

info@apamagis.com.br

Site

www.apamagis.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Roque Antonio Mesquita de Oliveira

1° Vice-Presidente
Fernando Figueiredo Bartoletti

2° Vice-Presidente
Irineu Jorge Fava

Diretora Departamento de Secretaria

Luciana Almeida Prado Bresciani

Diretor Adjunto de Secretaria

Domingos de Siqueira Frascino

Diretora Departamento Financeiro

Zelia Maria Antunes Alves

Diretor Adjunto Financeiro

Edison Aparecido Brandão

COMUNICAÇÃO

Roque Antonio Mesquita de Oliveira
Fernando Figueiredo Bartoletti

IMPRENSA

Carolina N. Munhoz Rossi

Jornalista Responsável

Adriana Brunelli (MTB 33.183)

Coordenação Geral

Luciano Ayres

Redação

Jessamy Kisberi

Edição, Revisão, Projeto Gráfico e Diagramação

AyresPP Comunicação e Marketing Estratégico
Tel: (19) 3232.6823

Fotos

AyresPP

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio de Toledo César
Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins
Antonio Ernesto de Bittencourt Rodrigues
Irineu Jorge Fava
Fernando Figueiredo Bartoletti
José Carlos Ferreira Alves

COLABORADORES

Todos os artigos assinados neste jornal são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

ASSEMBLEIA GERAL • Contas de 2011 e orçamento de 2012 são aprovados pelos associados

Magistrados debatem e aprovam, durante Assembleia Geral Ordinária, contas e orçamento da APAMAGIS



Mesa Diretora da Assembleia Geral Ordinária da APAMAGIS

A **Magistratura** paulista precisa de uma entidade vigorosa para defender as prerrogativas dos Juizes e Desembargadores, além de propiciar uma extensa série de serviços que vão da oferta de planos saúde, passam por convênios que gerem diferenciais e alcançam até a defesa da integridade física de associados ameaçados pela atuação jurisdicional.

Foi nesse espírito que Roque Mesquita de Oliveira abriu os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da APAMAGIS, no dia 17 de março. O Presidente agradeceu os Magistrados presentes e ressaltou a honra em ocupar, pela primeira vez numa Assembleia, o cargo máximo da Associação.

O Presidente da APAMAGIS ainda afirmou: “Estou coordenando uma equipe muito dedicada, que a cada dia me surpreende pela preocupação com os assuntos da Associação”.

A reunião teve início com a leitura e o esclarecimento de trechos da auditoria contratada pela APAMAGIS para conferir ainda mais transparência nas contas da entidade.

O documento recomendou que a APAMAGIS, “pelos seus órgãos diretivos, prosseguisse em acréscimo de receita, contenção de despesas e investimentos, uma vez que o objetivo primordial é promover e manter as atividades e serviços que atendam aos interesses de seus associados em busca de acumulação de fundos”.

De acordo com estudo, em 2011, observou-se “um acréscimo significativo nos totais de ativos disponíveis e realizáveis em

curto prazo, havendo uma substancial melhoria no capital circulante, entretanto, essa folga momentânea de recursos não representa que a APAMAGIS esteja em condições de abandonar práticas de gestão tão austeras quanto possível”.

O documento conclui alertando a APAMAGIS sobre a “necessidade de arrecadação de fundos através da obtenção da manutenção e incremento de equilíbrio orçamentário”, numa conduta constante para manter o equilíbrio econômico da Associação.

Na Assembleia, foram destacadas duas decisões fundamentais e indispensáveis, ambas capitaneadas pelo ex-Presidente Paulo Dimas de Bellis Mascaretti durante sua gestão: a migração dos associados do plano Gama Saúde e a compra da Sede Social.

Segundo a ótica puramente contábil do relatório da auditoria efetivada, ambas poderiam representar comprometimento da renda da Associação, ainda que ostentem nos

“Estamos diante de uma Associação na qual deve prevalecer o espírito de fraternidade e união, um por todos, todos por um”

Paulo Dimas

“(Sobre a aquisição da Sede Social) É um valor elevado, afinal, o prédio está numa área nobre da cidade. Isso deve ser visto, no contexto geral do orçamento, em três bases: receita, despesa e investimento”

Irineu Fava

planos institucional e patrimonial enorme relevo para a entidade e seus associados.

Desse modo, o Presidente Roque Mesquita comunicou que para equilibrar o caixa associativo e assegurar as conquistas obtidas: “a gestão será caracterizada por um trabalho austero no controle das despesas, com transparência total para todos os associados. Para isso vamos contar com a colaboração dos membros do Conselho Consultivo da APAMAGIS”.

O Presidente do Conselho Consultivo Orientador e Fiscal da APAMAGIS e Relator das Contas, Álvaro Augusto dos Passos, relatou que as contas submetidas ao Conselho não se diferem dos anos anteriores. “O quadro financeiro da APAMAGIS tem se mostrado numa constante repetição”.

Seguindo a linha do auditor, o Conselho sugeriu à Presidência que o associado contribua com 50% dos custos das atividades nas sedes. Hoje essa contribuição é de apenas 32%. “É uma tradição da Associação, desde os primórdios, que a APAMAGIS custeie cerca de 70% de todas as atividades associativas”.

O atual 2º Vice-Presidente e então Diretor Financeiro na gestão Paulo Dimas, Irineu Jorge Fava, afirmou que a APAMAGIS tem feito todo o esforço para tornar a entidade autossuficiente.

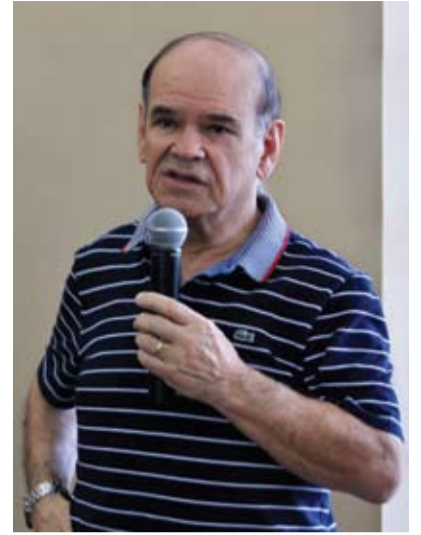
“Para isso, numa visão estratégica orçamentária, eliminamos os passivos de longo prazo – grande preocupação dos associados e da gestão”, ressaltou o 2º Vice-Presidente.

De acordo com Irineu Fava, a aquisição da Sede Social entra fundamentalmente como investimento, numa tentativa de ampliação do patrimônio.

“É um valor elevado, afinal, o prédio está numa área nobre da cidade. Isso deve ser visto, no contexto geral do orçamento, em três bases: receita, despesa e investimento”, explicou o 2º Vice-Presidente.

A APAMAGIS tem um trabalho intenso de composição e controle de caixa. “Todos os Presidentes anteriores também estiveram empenhados em exercer uma gestão com austeridade financeira”, lembrou Irineu Fava.

Roque Mesquita acrescentou que, em todas as gestões, os Presidentes sempre se preocuparam em manter o equilíbrio e controle financeiro total da Associação.



Associados participaram ativamente do debate institucional

ção. “No entanto, atualmente temos uma realidade diferente daquela de alguns anos atrás, inclusive na área institucional”.

Um dos exemplos da política de austeridade se traduz no Jantar de Congraçamento de Final de Ano, tradicional reunião da Magistratura, que não será mais realizada no Expo Transamérica, iniciando o corte de despesas. “Estamos estudando outras opções”, declarou.

Em seguida, o Conselheiro nato da APAMAGIS e ex-Presidente, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, observou que a Associação fez a opção de investir em recursos que, ao longo do tempo, foram se revelando deficitários. “A APAMAGIS subsidia muitas atividades, por isso, agora temos as Colônias de Férias em mãos para tentar equacionar as despesas”. Segundo Paulo Dimas, os gastos com as Colônias devem ser considerados investimentos e destacou: “Devemos manter nosso patrimônio rijo”.

Sobre a migração do plano de saúde, Paulo Dimas foi enfático. “Temos que comemorar a saída de uma situação de altíssimo risco”, constatou o ex-Presidente, detalhando posteriormente todo o trâmite vivido nessa migração, que beneficia a entidade, os associados e os usuários do novo plano.

“A gestão será caracterizada por um trabalho austero no controle das despesas, com transparência total para todos os associados. Para isso vamos contar com a colaboração dos membros do Conselho Consultivo da APAMAGIS”

Roque Mesquita

“Estamos diante de uma Associação na qual deve prevalecer o espírito de fraternidade e união, um por todos, todos por um”, esclareceu Paulo Dimas sobre a necessidade moral de continuar dando total suporte aos associados que dependem dos serviços do plano de saúde, como *home care* e tratamentos específicos de saúde de alto custo.

Uma observação, ainda feita por Paulo Dimas, foi a de que o derradeiro aumento

da mensalidade ocorreu em 2010, na última majoração do subsídio. Lembrou também que, quando vier o aumento de subsídio, será possível recompor as mensalidades e recuperar o caixa para pagar o CCH com folga. “A Associação vai honrar seu compromisso com o CCH. É esse o espírito da Associação”.

OPINIÃO

Os associados presentes puderam participar da Assembleia Geral Ordinária por ordem de inscrição, apresentando suas dúvidas e sugestões para melhorar a atuação da entidade.

O Magistrado Carlos Eduardo Cauduro Padin relatou que a opinião dos colegas é importante para o crescimento da APAMAGIS. “Todas as questões aqui expostas podem ser discutidas e cogitadas”, enfatizou a respeito das alternativas sugeridas para quitação da dívida com o CCH.

Para o Juiz Ronnie Herbert Barros Soares, as decisões já foram tomadas; portanto, o foco agora é o futuro da Associação. “Deve-se ter uma readequação. O que vamos fazer para o futuro?”, indagou.

A Conselheira Andrea Ribeiro Borges destacou que o CCH é um compromisso assumido pelo Presidente Roque Mesquita perante o Conselho desde a primeira reunião. “Essa questão está sen-

do exaustivamente discutida entre os integrantes do CCOF. A APAMAGIS está aberta para receber as sugestões dos associados”.

O Presidente eleito do CCH, Morvan Meirelles Costa, por sua vez, observou que “a proposta de quitação não deve fixar prazo de pagamento, devendo permitir que a Diretoria Executiva negocie prazos e condições diretamente com a Diretoria Executiva do CCH”.

Para melhor esclarecimento aos Magistrados participantes da reunião a respeito da nova gestão, a Diretora do Departamento de Secretaria, Luciana Almeida Prado Bresciani, declarou que, em cada gestão, há prerrogativas e questões diferenciadas a serem tratadas, as quais são debatidas semestralmente e colocadas em prática quando devidamente aprovadas pelos associados. “Nós, associados, fazemos a opção para cada exercício e hoje temos de decidir o que será para o futuro. Agora, como membro da Diretoria, repito: precisamos de ideias”. Luciana Bresciani também comentou a questão do plano de saúde, corroborando com a assertiva de alguns Magistrados.

Depois de encerrada as participações dos inscritos, as contas de 2011 e a previsão orçamentária para 2012 foram aprovadas por unanimidade. ■



Presidente Roque Mesquita durante discurso na Assembleia Geral Ordinária

“Nós, associados, fazemos a opção para cada exercício e hoje temos de decidir o que será para o futuro. Agora, como membro da Diretoria, repito: precisamos de ideias”

Luciana Bresciani

HOMENAGEM • Ivan Sartori recebe homenagens na Comarca de Santos

Magistrados comemoram a nova Presidência do TJ/SP



Roque Mesquita e Ivan Sartori se reúnem com Magistrados de Santos

A festa organizada pelos Juízes Ramon Mateo Junior e Joel Birello Mandelli reuniu – além dos Magistrados da Comarca – o Presidente da APAMAGIS, Roque Mesquita; o 2º Vice-Presidente, Irineu Jorge Fava; o Diretor Adjunto de Secretaria, Domingos Frascino; a Cúpula do TJ/SP e inúmeros representantes da Justiça Paulista. O evento, realizado na cidade de Santos, no dia 2 de março, foi marcado por um clima de descontração.

Com o objetivo de comemorar o sucesso do Presidente Ivan Sartori nas eleições do Tribunal de Justiça, mais de 150 pessoas prestigiaram o evento. “A Cúpula aceitou prontamente o convite, revelando que a primeira e segunda Instâncias devem sempre demonstrar união, já que estamos vivendo momentos difíceis na Magistratura”, disse o Juiz Mateo Jr.

Para o organizador, a Magistratura agora olha para o Conselho Superior com esperança de renovação. “As esperanças depositadas em vocês é muito grande e tenho certeza de que saberão correspondê-las”, finalizou, ressaltando que a confraternização não teria acontecido sem o apoio da APAMAGIS. “Agradecemos a força da APAMAGIS que está sempre unindo a Magistratura paulista”.

A posse de Ivan Sartori, ocorrida em 6 de fevereiro, marcou o fato de que o escolhido para reger o maior Tribunal de Justiça



Thatyana Antonelli Marcelino Brabo

“Foi um momento importante e especial aqui em Santos. Para mim, foi uma honra. Vamos trabalhar e mostrar nossa força, nos aproximando da sociedade e mostrar a que viemos”

Thatyana Brabo

“Só a união nos dará força para enfrentar as pessoas que querem acabar com o vigor da Magistratura bandeirante”

Roque Mesquita

te que fiquemos unidos”, disse. “Sartori foi elogiado pelo trabalho que foi realizado até então pela Ministra, porém, só a união nos dará força para enfrentar as pessoas que querem acabar com o vigor da Magistratura paulista”, ressaltou, frisando que a APAMAGIS fará tudo para engrandecer e viabilizar o trabalho da nova Presidência do TJ/SP.

A primeira mulher Diretora do Fórum de Santos, Thatyana Antonelli Marcelino Brabo, por sua vez, destacou a importância de ter conquistado o cargo de Direção. “Foi um momento importante e especial aqui em Santos. Para mim, foi uma honra. Vamos trabalhar e mostrar nossa força, nos aproximando da sociedade e mostrar a que viemos.”

Em seguida, o Corregedor-Geral da Justiça, José Renato Nalini, explicou que a Magistratura vive um período de grande importância. “Estamos num momento crucial em que a Justiça participa de todas as discussões, tudo chega aos nossos Tribunais, ou seja, temos enorme responsabilidade sobre tudo. Nossa proposta é de ouvir a todos. Estamos com a casa aberta”, falou, anunciando a participação da Corte e de seus dirigentes nas redes sociais, com o intuito de ouvir mais atentamente a população para a reformulação das normas. “Isso tudo para que nosso destinatário fique mais satisfeito conosco”.

Sartori agradeceu os colegas pela homenagem e pelos discursos. Comentou também sua impressão sobre o biênio em que presidirá o maior Tribunal de Justiça do país. “Quero dizer que o desafio é grande. Estamos fazendo o possível para alcançar o que queremos: uma prestação jurisdicional à altura dos nossos jurisdicionados e melhores condições de trabalho para os Juízes e Servidores”, ressaltou. “Temos um caminho muito longo a percorrer. A Presidência está aberta, para uma gestão participativa. O Tribunal tem tradição e é de todos nós. Vamos reconstruí-lo! Conto com a ajuda dos senhores!”. ■

do país é o mais jovem Presidente da história da Corte. Isso representa, na visão do Presidente da APAMAGIS, uma revolução. “Sartori é uma pessoa que vem batalhando há muito tempo pela mudança de costume dentro da nossa Casa. Posso dizer que acompanho o dia a dia das instituições e, por isso, estou feliz de estar vivendo esse momento com vocês [Conselho Superior]. Saiba que deposito em você, Sartori, toda a expectativa de renovação e de mudanças”, afirmou Roque Mesquita.

O Presidente da APAMAGIS também assinalou que a Associação, mais uma vez, cumpre uma de suas finalidades, que é dar suporte aos Magistrados. “Temos que possibilitar, dentro da realidade que nos cerca, a união da nossa Magistratura. Esse é um momento muito importante para isso”.

Demonstrando preocupação em informar as últimas ações associativas, o dirigente da APAMAGIS relatou aos presentes a visita da Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, no mesmo dia, à sede administrativa da Associação. Ela quis conhecer o novo Presidente da entidade, que está iniciando uma gestão totalmente afinada com os ideais de Justiça e com os ideais do Presidente da Corte, Ivan Sartori.

De acordo com Roque Mesquita, durante o encontro, Calmon disse que conta com o apoio de São Paulo. “Por isso, é importan-

ENTREVISTA • Ivan Ricardo Garísio Sartori

“Estamos priorizando as necessidades da primeira instância – Juízes e Servidores”

• **Após três meses de gestão, quais são as prioridades que o senhor destacaria para serem trabalhadas dentro da Magistratura paulista durante o próximo biênio?** Em primeiro lugar, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pretende trabalhar com as prioridades das prioridades. Há muito o Poder Judiciário paulista necessita investir em recursos materiais e humanos. Estamos priorizando as necessidades da primeira instância – Juízes e Servidores. A segunda instância também precisa da nossa atenção e não vamos deixá-la de lado. O imediato, no entanto, é recuperar a autoestima do Servidor porque sem ele não existe processo. O gigantismo de nossos números faz com que tudo em São Paulo seja superlativo. Os problemas são muitos e estamos em busca de soluções.

• **A Magistratura de São Paulo é, comprovadamente, uma das mais produtivas do mundo. No entanto, há um volume quase desumano de processos. Como pretende, sem um orçamento adequado, fazer com que aumente ainda mais a produtividade sem prejudicar a qualidade de trabalho?**

O Judiciário de São Paulo é composto por Magistrados que trabalham muito e, mesmo assim, a qualidade desse trabalho é reconhecida nacionalmente. Com a aprovação da criação de cargos de Assistentes Judiciários – nossa primeira conquista para o aumento da produtividade –, o Juiz poderá ter aumentado o número de decisões. Essa medida beneficia o Magistrado e o Servidor, que poderá ter seus méritos reconhecidos, alcançando a posição de Assistente Judiciário, sem falar no ganho do jurisdicionado, que terá resposta mais rápida para a sua ação.

• **Em termos de informatização, qual a previsão para começarem as mudanças no interior e na Capital?** As mudanças já começaram. Em resumo, dos 12 sistemas de controle de processos judiciais antes existentes em primeiro grau, há hoje dois predominantes, o SIDAP (Prodesp) e o SAJ (Softplan). Há também dois sistemas legados (ZIM e SYSCAP) instalados em quatro Comarcas (Ribeirão Preto, Araraquara, Pereira Barreto e Caconde), atualmente em fase de eliminação decorrente da migração para o sistema SAJ. Ribeirão Preto já foi migrada, concentrando-se os trabalhos, neste momento, na Comarca de Araraquara. A previsão de eliminação dessas “ilhas” é para maio deste ano.

A partir de então, com apenas dois sistemas, o Tribunal de Justiça iniciará a gradual migração dos sistemas SIDAP para o SAJ, com vistas a cumprir duas metas do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça para o quinquênio 2010/2014 (Resolução nº 505/2009), que são a de ter um sistema informatizado único de controle de proces-



Presidente do TJ/SP - Ivan Sartori

so judiciais e instalar o processo eletrônico (sem papel) em 40% das Varas do Estado.

As mudanças avançam também na seara da infraestrutura, com a atualização do parque tecnológico de microcomputadores decorrente da aquisição de 30.000 *desktops* de última geração. Dessa maneira, serão recolhidas as máquinas brancas, com pouca ou nenhuma capacidade de processamento, padronizando a base instalada de computadores em patamar que permite o pleno funcionamento dos sistemas informatizados.

Concomitantemente, estão sendo finalizados os estudos para a informatização do DEPRE e para a implantação do processo eletrônico em segundo grau.

É curiosa essa frase: ‘que o Judiciário fique mais próximo da sociedade’. Na realidade, o Judiciário nunca se distanciou da sociedade, porque sempre esteve a seu serviço. Talvez tenha faltado diálogo, quer pelo excesso de serviço do Juiz, quer diante da pressão pela imparcialidade...

• **Os Juízes de primeiro grau também são destaque na gestão do novo Presidente da APAMAGIS Roque Mesquita. Qual será sua política? Pretende atuar de forma conjunta com a APAMAGIS?** A Associação Paulista de Magistrados, desde que assumimos a Presidência do maior Tribunal do Brasil e do mundo, tem sido parceira nas demandas e iniciativas implementadas. A exemplo disso, tanto o Presidente Roque Mesquita, como o Vice-Presidente Fernando Bartoletti e toda a Diretoria acompanham as necessidades dos Juízes de primeiro grau e a falta de estrutura dos Servidores, seja na questão de espaço ou de aparelhamento. Já estamos atuando em conjunto. A APAMAGIS acompanha os Magistrados que vêm à Presidência em busca de soluções para os problemas da Comarca. Neste mês, na primeira visita que fizemos a uma das Regiões Administrativas – recentemente criadas – tive a felicidade de ter a presença do Presidente e integrantes da Diretoria. Foi em Ribeirão Preto. Lá, tanto o Tribunal como a APAMAGIS estavam com o mesmo objetivo: ouvir dos Juízes os problemas peculiares a cada unidade judiciária. São 10 RAs, vamos visitar todas e a APAMAGIS, creio eu, estará conosco em todas essas reuniões de trabalho.

• **O senhor é o mais novo Presidente da história da Corte paulista. Acha que esse é um fator determinante para uma mudança mais efetiva na estrutura do Tribunal de Justiça?** As mudanças que ocorrerão não são em razão de mais ou menos idade. Existem pessoas jovens que não têm tino

administrativo. Outras, mais idosas – e temos muitos empresários a comprovar isso –, sabem bem como agir para que se obtenham bons resultados. Pela rapidez que as mudanças acontecem e pelo grande número de processos que o Judiciário paulista tem, não podemos mais esperar. As mudanças têm que acontecer para que estejamos integrados com as necessidades das pessoas e do mundo.

• **Outra preocupação da Presidência da APAMAGIS é fazer com que o Judiciário fique ainda mais próximo da sociedade. Qual é a proposta da sua gestão neste ponto?** É curiosa essa frase: ‘que o Judiciário fique mais próximo da sociedade’. Na realidade, o Judiciário nunca se distanciou da sociedade, porque sempre esteve a seu serviço. Talvez tenha faltado diálogo, quer pelo excesso de serviço do Juiz, quer diante da pressão pela imparcialidade. Temos que estar presentes em todos os momentos. Por isso, as portas do Tribunal de Justiça estão abertas para todos os segmentos da sociedade. Vamos ouvir as pessoas e fazer o melhor!

• **A Magistratura está confiante com sua gestão. A que atribui essa confiança?** Não atribuo, agradeço. Os Desembargadores e Juízes sabem que estamos trabalhando muito para melhorar o Judiciário. Esperamos conseguir, neste biênio, recuperar as condições de trabalho de Juízes e Servidores.

• **A APAMAGIS, há alguns anos, fez, no estado de São Paulo, uma divisão administrativa. Atualmente o senhor adotou essa medida? Por quê? Qual sua expectativa em relação a isso?** A ideia foi dividir o Estado em RAs, porque, dessa forma, fica mais racional tudo o que precisa ser feito, desde a aquisição e a distribuição de materiais de consumo, por exemplo, como a realização de concursos. É muito mais produtivo coordenar 10 Regiões Administrativas do que 56 Circunscrições Judiciárias mais a Capital. A medida buscou economia, eficiência e agilidade. Afinal, não são essas as palavras que integram a base da boa administração? Estamos em busca disso e contamos com os Magistrados de todo o Estado.

• **A gestão do TJ está bem afinada com as propostas do Presidente Roque Mesquita. Quais são os pontos em que atuarão mais firmemente?** Realmente o TJ e a APAMAGIS estão afinados e não vejo porquê ser diferente. O Presidente Roque Mesquita tem em mim um admirador que busca, tal como ele, melhorias para os Magistrados de São Paulo. Esperamos contar com a APAMAGIS durante toda nossa gestão. ■

INTERIORIZAÇÃO • APAMAGIS vai a Ribeirão Preto em parceria com o TJ/SP

Reunião com Magistrados da Comarca foi marcada por inovações e esclarecimentos acerca da Justiça paulista

O Tribunal de Justiça de São Paulo agendou com a Presidência da APAMAGIS uma série de visitas às Comarcas do interior, numa ação conjunta pioneira, obedecendo às Regiões Administrativas (RAs) a fim de encontrar soluções específicas para cada Comarca e congraçar a Magistratura paulista. A APAMAGIS já realiza tal ação desde a gestão de Sebastião Amorim. Os dirigentes da Associação e do Tribunal foram recebidos pelo Juiz Diretor do Fórum, Sylvio Ribeiro de Souza Neto.

A parceria ficou ainda mais evidente no dia 23 de março, quando, no Fórum da Comarca de Ribeirão Preto, os Presidentes da APAMAGIS e do TJ/SP discursaram para aproximadamente 100 pessoas, entre Magistrados pertencentes à 6ª Região Administrativa Judiciária do TJ/SP, Advogados e Servidores, superando as expectativas dos dirigentes. A 6ª RA de Ribeirão Preto é formada por oito Circunscrições Judiciárias que abrangem 47 Comarcas e englobam 4,7 milhões de habitantes. Há 5.474 Servidores trabalhando ali e 2,3 milhões de processos em andamento.

A Diretoria Executiva da APAMAGIS foi representada na ocasião pelo Presidente Roque Mesquita; o Vice-Presidente Irineu Fava; o Conselheiro Álvaro Augusto dos Passos; e pelo Diretor-Adjunto do Departamento de Secretaria, Domingos Frascino, a fim de dar continuidade ao processo de interiorização e aproximação com os Magistrados das Comarcas mais distantes da Capital. Além de repassar as últimas novidades referentes à Magistratura.



Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori, discursando para mais de 100 pessoas



Diretoria Executiva e membros do Conselho da APAMAGIS estiveram presentes

“Empenho não faltará a mim e à minha equipe do Tribunal de Justiça de São Paulo”

Ivan Sartori

A abertura da cerimônia ficou a cargo do Presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, que apresentou o projeto de Administração participativa, implantada no dia 7 de março. O intuito é reunir Juizes por Regiões Administrativas e encontrar soluções específicas para cada Comarca. (Veja mais ao lado)

“Pela primeira vez a APAMAGIS foi chamada pelo Tribunal para percorrer o interior paulista. O cenário foi invertido”

Roque Mesquita

Os Juizes Assessores da Presidência, Guilherme de Macedo Soares e João Baptista Galhardo, acompanharam a fala de Sartori: “Empenho não faltará a mim e à equipe do Tribunal”. Em seguida, o Presidente do TJ/SP mencionou o diagnóstico atual do Poder Judiciário paulista: com destaque para o relacionamento com o CNJ e os Tribunais Superiores, com a sociedade e a situação dos Magistrados perante os principais debates promovidos pela mídia.

Entusiasta e parceiro de Sartori nessa nova caminhada, Roque Mesquita destacou a importância de o Presidente da Corte estar se reunindo com os colegas do interior. “Pela primeira vez a APAMAGIS foi chamada pelo Tribunal para percorrer o interior paulista. O cenário foi invertido”, destacou e ressaltou ainda que a atual Presidência está afinada com as propostas da Associação e a importância por estar vivenciando esse momento.

Para o Presidente da APAMAGIS, a reunião do dirigente da Justiça paulista com Magistrados e Servidores é um momento histórico. “Hoje o Tribunal encarnou a figura do Juiz cidadão, participativo, que atua fortemente junto à comunidade”. Roque Mesquita destacou também as dificuldades estruturais enfrentadas pela Magistratura, lembrando que a Associação reúne mais de 3 mil Juizes paulistas.

A solenidade contou ainda com a presença da Prefeita Dárcy da Sigla Vera e do Presidente da Câmara, Cícero Gomes da Silva, que acompanharam os Presidentes Ivan Sartori e Roque Mesquita numa visita ao Fórum, onde puderam conhecer a estrutura, as Varas e o ônibus da Justiça itinerante.

O ônibus, uma das atrações da visita, tem como objetivo prestar serviços jurídicos gratuitos à população, e promover acordo entre as partes, ou seja, solucionar litígios de forma amigável e conciliatória. O ônibus tem sido de grande auxílio para a população da Comarca. ■

• AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo aprovou, no dia 7 de março, a criação de 10 Regiões Administrativas Judiciárias no Estado com o objetivo de melhorar a estrutura de organização judiciária e a racionalização dos recursos públicos, em função da extensão territorial do Estado. Cada RA abriga um número pré-definido de Circunscrições Judiciárias - são 56 em todo o Estado, cada uma formada por diversas Comarcas.

As RAs Judiciárias têm como sede as Comarcas que lhes dão os nomes, com exceção da primeira, denominada Região Administrativa Judiciária da Grande São Paulo, abrangendo a capital que é sua sede. As demais têm como sede as cidades de Araçatuba (2ª Região Administrativa Judiciária); Bauru (3ª Região); Campinas (4ª Região); Presidente Prudente (5ª Região); Ribeirão Preto (6ª Região); São José do Rio Preto (7ª Região); São José dos Campos (8ª Região); Santos (9ª Região) e Sorocaba (10ª Região).

Os Juizes Diretores de Região Administrativa Judiciária serão designados pelo Presidente Sartori e escolhidos entre aqueles de entrância final, em exercício há mais de dois anos, na respectiva região. Suas atribuições específicas serão descritas em ato normativo a ser editado oportunamente pelo Presidente.

INTERIORIZAÇÃO • Presidente Roque Mesquita inicia gestão de aproximação na Comarca de Leme

Encontro garantiu aos Magistrados informações a respeito da nova gestão e da Justiça Estadual

O **Presidente** da APAMAGIS, Roque Mesquita; o 2º Vice-Presidente Irineu Fava; a Diretora do Departamento de Secretaria, Luciana Bresciani; e o Diretor-Adjunto de Secretaria, Domingos Frascino foram até a Comarca de Leme para discutir questões pertinentes às ações da APAMAGIS e ao Fórum da cidade. A reunião aconteceu na sala do Diretor do Fórum, Alexandre Félix da Silva, no dia 9 de março. Estiveram também presentes ao encontro: os Juízes Fábio Evangelista de Moura, Márcio Mendes Pico e Camilla Arcaro.

Roque Mesquita aproveitou a oportunidade para transmitir aos Magistrados da Comarca as principais atuações da Associação no primeiro trimestre de gestão. “Uma conquista já pode ser celebrada: o projeto de lei complementar estadual que cria o cargo de Assistente Jurídico para o Juiz de primeiro grau foi aprovado pela ALESP”, anunciou. (Veja mais na página 12)

A atual Diretoria está resolvendo muitas questões associativas e controlando de maneira ainda mais rígida os gastos. Segundo o Presidente da APAMAGIS, os grandes encontros de interiorização devem ser temporariamente cessados. “A partir de agora vamos fazer encontros como este atendendo ao orçamento de 2012”, esclareceu.

O perfil das visitas aos colegas do interior seguirá a mesma linha desde o começo do processo de interiorização. “Vamos chegar, visitar os colegas no Fórum da Comarca, vamos



Representantes da Diretoria da APAMAGIS encontram-se com Magistrados de Leme

jantar e retornamos a São Paulo. É assim que vamos passar esses dois anos”, anunciou.

O Presidente relatou ainda outros temas, como o encontro com a Ministra Eliana Calmon na Sede Social; as novas parcerias da APAMAGIS em prol do associado; e o maior investimento na área de lazer e na estrutura das Colônias.

A maior preocupação assinalada pelos Magistrados durante a reunião foi sobre a instauração de uma nova Vara no Fórum. Em seguida todos foram conferir a sala já organizada e devidamente estruturada para receber a Vara, que depende apenas da aprovação da Presidência do Tribunal de Justiça para começar a funcionar.

Os Magistrados foram depois para a Comarca de Pirassununga encontrar alguns

“Nós somos uma instituição em volta de um ideal, da defesa das prerrogativas; é isso que sustenta a APAMAGIS, não a parte material”

Roque Mesquita

colegas num restaurante da região, onde o Presidente Roque Mesquita esclareceu a postura da Associação em relação à mídia. “Desde janeiro, estou ouvindo mais do que falando com a Imprensa. Mas este mês começo a fazer declarações”.

A APAMAGIS contratou um Assessor de Imprensa que é relacionado com a grande mídia para fazer o trabalho externo. “Nós temos uma Assessoria de Imprensa, porém ela é voltada aos Magistrados, nosso público interno”, explicou. O intuito é mostrar para a sociedade que hoje o Juiz é cidadão e não concorda com erros dentro da Magistratura.

“Nós vamos defender a moralidade, ir à mídia para mostrar ao povo como é o trabalho do Juiz de primeiro grau”, disse, relatando que a APAMAGIS tem elaborado inúmeros artigos visando à valorização do Juiz. “Nós somos uma instituição em volta de um ideal, da defesa das prerrogativas; é isso que sustenta a APAMAGIS, não a parte material”, frisou. Para Roque Mesquita, é a parte imaterial, a parte incorpórea da união, da vontade de lutar juntos pra defender a instituição, que mantém os associados na entidade.

A nova gestão, de acordo com o Presidente, reúne pessoas que estão empenhadas em fazer um trabalho de união e integração, levando os pleitos levantados durante esses encontros de interiorização para o TJ. “A nossa proposta é somar, afinal, sabemos que, se nós não ficarmos unidos, a tendência é ficarmos mais fracos”.

Prestigiaram o encontro a Diretora do Fórum da Comarca de Pirassununga, Flávia Pires de Oliveira, e os Juízes Anderson Fabrício da Cruz, Djalma Moreira Gomes Junior e Renata Heloísa da Silva Salles. ■



É ESSE O JUDICIÁRIO QUE VOCÊ MERECE PARA PROTEGER SEUS DIREITOS E COMBATER A CORRUPÇÃO?

OS JUÍZES DE SP E A APAMAGIS TAMBÉM ACHAM QUE NÃO!

POR **Mais** Justiça

www.pormaisjustica.com.br

Associação Paulista de Magistrados, há mais de 58 anos defendendo a Justiça de São Paulo.

APAMAGIS

TJ/SP • Três novos integrantes do Órgão Especial

Luís Soares de Mello Neto, Carlos Eduardo Cauduro Padin e Paulo Roberto Grava Brazil são eleitos

O **Tribunal** de Justiça elegeu três novos Desembargadores para o Órgão Especial, em duas votações realizadas no dia 8 de março. Na primeira delas, para escolher um integrante da classe Ministério Público, o eleito foi Paulo Roberto Grava Brazil, com 192 votos. O segundo pleito elegeu Luís Soares de Mello Neto (237 votos) e Carlos Eduardo Cauduro Padin (154).

Os nomeados ocuparão a vaga por dois anos, sendo admitida uma reeleição — com exceção do Desembargador Cauduro Padin, que cumprirá seu segundo mandato.

De acordo com o Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori, “os eleitos somarão forças para que nós consigamos reestruturar nosso Tribunal. São homens que sempre contribuíram — e muito — com a Justiça”.



Luís Soares de Mello Neto, Carlos Eduardo Cauduro Padin e Paulo Roberto Grava Brazil

PERFIS

Luís Soares de Mello Neto

Paulistano, nascido em 25 de fevereiro de 1952, formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Guarulhos – Turma de 1977. Ingressou na

“Os eleitos somarão forças para que nós consigamos reestruturar nosso Tribunal. São homens que sempre contribuíram — e muito — com a Justiça”

Ivan Sartori

Magistratura, em 1979, nomeado para a 8ª Circunscrição Judiciária, com sede em Campinas. Após passar pelas Comarcas de Laranjal Paulista, Lorena, Diadema e capital, tomou posse como Desembargador em 2005.

Carlos Eduardo Cauduro Padin

Nasceu na capital paulista em 16 de janeiro de 1949. Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – Turma de 1973. Assumiu como Juiz Substituto, em 1982, nomeado para a 44ª Circunscrição Judiciária, com sede em Guarulhos. Atuou nas Comarcas de Martinópolis, Porto Feliz, São Bernardo do Campo e na capital, antes de se tornar Desembargador em 2005.

Paulo Roberto Grava Brazil

Nascido em 27 de junho de 1956, é natural de Santo André. Formado pela Faculdade de Direito da PUC-SP – Turma de 1980. Ingressou na carreira em 2001, nomeado pelo critério do quinto constitucional (classe Ministério Público), como Juiz do 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo. Assumiu o cargo de Desembargador em 2005. ■

O SANTANDER VAI ALÉM DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO, PARA SUA CASA NOVA IR ALÉM DAS SUAS EXPECTATIVAS.

SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS SANTANDER VAN GOGH.

Mais que um crédito imobiliário, uma solução completa para quem está pensando em comprar uma casa. São serviços exclusivos que dão mais tranquilidade e segurança antes, durante e depois da compra. Tudo para você conquistar até mais do que imaginava. Abra sua conta ou procure seu gerente. www.santander.com.br/servicosimobiliarios

Santander Parcela Protegida:¹ um seguro que garante o pagamento de até 8 parcelas do financiamento imobiliário, em caso de perda de renda (limitado ao valor de R\$ 3.000,00 por parcela).

Condições diferenciadas em investimentos, para você planejar e organizar todos os seus projetos.

Pagamento das parcelas do imóvel na planta com cartão de crédito Santander, para você acumular pontos e trocar por produtos, milhas ou prêmios.

Orientação e suporte em todas as fases do financiamento imobiliário.

Maximilian F. Wienand, Cliente Van Gogh, encontrando o apartamento que vai comprar usando nossos serviços imobiliários.

Conheça também o portal WebCasas: www.webcasas.com.br

Central de Atendimento Santander: 4004-3535 | SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

Oferta sujeita à análise de crédito e às demais condições dos produtos e serviços vigentes à época da contratação. (1) O seguro é garantido por Zurich Minas Brasil Seguros S.A. – CNPJ 17.197.385/0001-21 e Processo Susep 15414.004977/2008-77 – e sua aceitação estará sujeita à análise do risco. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. Para mais informações, acesse www.santander.com.br

Para saber mais sobre os Serviços Imobiliários Santander Van Gogh, faça o download do leitor no phdmobi.com pelo celular e use-o para acessar este código.



Santander
VALORIZANDO IDEIAS
POR UMA VIDA MELHOR

VAN GOGH

www.santander.com.br

TJ/SP • Tribunal de Justiça conta com dois novos Desembargadores

Leonel Carlos da Costa e Renato Delbianco tomaram posse no dia 8 de março

Os Magistrados Leonel Carlos da Costa e Renato Delbianco assumiram o mais elevado cargo da Magistratura do Estado – Desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo – durante cerimônia realizada no Gabinete da Presidência na tarde de 8 de março.

Diversas autoridades participaram da solenidade, como o Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori; o Vice-Presidente José Gaspar Gonzaga Franceschini e o Corregedor Geral da Justiça, José Renato Nalini; além de Magistrados e familiares dos empossados.

O Juiz Substituto em 2º grau, Leonel Carlos da Costa, ocupou a vaga proveniente da aposentadoria do Desembargador Maurício Ferreira Leite, e o Juiz da 1ª Vara Criminal do Foro Regional Penha de França, Renato Delbianco, em função da aposentadoria do Desembargador Antonio Rulli Júnior.



Fotos: Daniela Smania - TJ/SP

Desembargadores empossados entre autoridades do TJ/SP

• PERFIS



Leonel Carlos da Costa

Paulistano, nasceu em 21 de março de 1962. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Turma de 1985). Ingressou na Magistratura como Juiz Substituto nomeado para a 47ª Circunscrição Judiciária, com sede em Taubaté, em 1987. Em abril de 2006, tomou posse no cargo de Juiz Substituto em 2ª Grau de São Paulo.

“É uma emoção muito grande estar aqui, peço a Deus para me dar saúde e inteligência para continuar trabalhando em prol da Justiça”



Renato Delbianco

Nasceu na capital paulista em 14 de janeiro de 1958. Tornou-se bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (Turma de 1982). Ingressou na Magistratura como 5º Juiz Substituto para a 47ª Circunscrição Judiciária, com sede na Comarca de Taubaté, em 1985. Foi promovido para a 1ª Vara Criminal do Foro Regional VI – Penha de França – em 1997.

“Comecei no Tribunal como Escrevente e, por muitas vezes, transitei por essas salas. O sonho de juventude se transforma em realidade hoje, é uma honra”

A Corte paulista possui agora 354 Desembargadores

Leonel Carlos da Costa

O então Juiz Leonel Carlos da Costa disse, em poucas palavras, que sempre quis ser Magistrado para contribuir com a distribuição da Justiça. “É uma emoção muito grande estar aqui. Peço a Deus que me dê saúde e inteligência para continuar trabalhando em prol da Justiça”.

Renato Delbianco

O agora Desembargador Renato Delbianco afirmou que aquele é um momento muito especial na vida de um Juiz. “Comecei no Tribunal como Escrevente e, por muitas vezes, transitei por essas salas. O sonho de juventude se transforma em realidade hoje, é uma honra”.

De acordo com o Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori, apesar da simplicidade da cerimônia, o ato é bastante significativo ao Tribunal de Justiça, pois dois grandes Magistrados, após uma carreira árdua, tomam posse como Desembargadores. “São profissionais que todos nós conhecemos, sabemos de seus valores e cuja capacidade de trabalho engrandece este Tribunal. Eles somarão forças aos colegas para melhorar a prestação jurisdicional e nos ajudarão na administração do Tribunal”.

A Corte paulista possui agora 354 Desembargadores. ■

APROVAÇÃO • Vitória para a Justiça paulista

Proposta de Lei 179/2010 deve agilizar o atendimento jurisdicional

O trabalho de várias gestões propiciou mais uma vitória para o Judiciário de São Paulo: a ALESP aprovou o projeto de lei complementar estadual que cria o cargo de Assistente Jurídico para o Juiz de primeiro grau.

O pleito da APAMAGIS, que teve apoio do Tribunal de Justiça, é uma forma de tentar aumentar a celeridade processual e um passo significativo para propiciar aos Ma-

gistrados de primeira instância condições mais favoráveis para aumentar a eficiência da Justiça paulista.

Segundo estatísticas do Tribunal de Justiça de São Paulo, 4,6 milhões de novos processos em primeira instância foram recebidos em 2010; no ano anterior foram 3,9 milhões. Esse dado representa um acrésci-

mo de 1.920 novos casos abertos quase que diariamente.

Logo, a decisão da Assembleia Legislativa de criar 2.199 vagas de Assistente Judiciário para atender aos Tribunais de primeira instância foi aclamada pela APAMAGIS. “A aprovação do projeto de lei é a demonstração clara de que os Parlamentares estão notando a grave situação em que se encontra o Judiciário de São Paulo, que apenas não é mais dramática graças ao trabalho obstinado dos Magistrados e Servidores”, declarou o Des. Roque Mesquita.

“É preciso cumprimentar o Calandra, o Paulo Dimas, o Bedran e o Ivan Sartori, pessoas que, como nós, também conhecem os Magistrados de São Paulo e sabem que, com condições melhores de trabalho, avançaremos ainda mais na causa de distribuir Justiça com qualidade e rapidez”, defendeu o Presidente da APAMAGIS.

No entanto, para melhorar ainda mais a rotatividade na Justiça paulista, a tecnologia precisa ser implantada no Sistema Judiciário do estado. “No mundo atual, o tempo tornou-se um bem muito precioso e a Justiça precisa se adaptar à expectativa da sociedade”.



DEZEMBRO/2008

No II Encontro de Coordenadores da APAMAGIS, o Presidente da APAMAGIS, Des. Henrique Nelson Calandra, deixa claro que o projeto é um dos principais da Magistratura

FEVEREIRO/2010

Em reunião interna, a Diretoria da APAMAGIS discutiu sobre as gestões que faria junto ao Legislativo estadual para acelerar o andamento do projeto que versa sobre a criação do cargo de Assistente Jurídico para Juizes de primeiro grau

OUTUBRO/2010

Diretoria se reúne com representantes da ALESP e expõe necessidade da criação dos cargos; parlamentares se mostram favoráveis ao projeto

NOVEMBRO/2010

CCJ vota favoravelmente à criação de cargos de Assistente Jurídico



2008

2009

2010

AGOSTO/2009

Anteprojeto da APAMAGIS que versa sobre a criação do Assistente Jurídico de 1º grau já se encontra sob a apreciação do Órgão Especial do TJ/SP

SETEMBRO/2010

APAMAGIS reforça importância da aprovação do projeto durante reunião com Magistrados do interior

NOVEMBRO/2010

É anunciado *hotsite* legislativo da APAMAGIS para que os Magistrados possam colaborar e agilizar tramitação do projeto

NOVEMBRO/2010

Encontro de Coordenadores pretende intensificar trabalhos em prol da aprovação do Projeto

DEZEMBRO/2010

Diretoria encontra Deputada Maria Lucia Amary e apresenta documento redigido pela Diretoria de Assuntos Legislativos da Associação



4,6 milhões de novos processos em primeira instância foram recebidos em 2010



SEGURANÇA • APAMAGIS atua junto ao TJ/SP em prol de melhorias na segurança



Reunião no TJ/SP discute questões de garantias aos Magistrados

O Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, recebeu no Gabinete da Presidência a visita do Presidente da APAMAGIS, Roque Mesquita de Oliveira; dos Desembargadores Regis Castilho Barbosa, Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, Galdino Toledo Júnior; do Delegado de Polícia Marco Antonio; do Coronel PM Mariano; do Coronel PM Renato Cerqueira Campos; de Joviano Conceição Lima e de João Thiago de Oliveira Poço, no dia 1º de março.

A reunião, agendada por iniciativa da Presidência da APAMAGIS, teve como objetivo a discussão de métodos para complementar as ações de prevenção e segurança já implantadas em prol dos Magistrados de São Paulo, além de discutir e implementar novas propostas no mesmo sentido.

Participaram também da reunião os Juizes assessores da Presidência: Rodrigo Capez, Regis de Castilho Barbosa Filho e João Baptista Galhardo Júnior.■

A reunião, agendada por iniciativa da Presidência da APAMAGIS, teve como objetivo a discussão de métodos para complementar as ações de prevenção e segurança

ATIVIDADE

Os Assistentes Jurídicos deverão dar suporte aos Juízes de primeira instância, classificando e organizando os processos, fornecendo relatórios precisos sobre o conteúdo deles, o que proporcionará mais tempo e ainda mais celeridade à atividade jurisdicional paulista. “O cidadão ganha porque a decisão judicial sairá em menos tempo”, avalia o Presidente da APAMAGIS. ■

**ABRIL/2011**

APAMAGIS pede apoio do Deputado estadual Samuel Moreira, durante sua visita à Sede Administrativa

MAIO/2011

Presidência promove encontro com os Deputados estaduais Campos Machado e Fernando Capez e solicita mobilização de ambos na urgência da tramitação e aprovação do PLC

JULHO/2011

Presidente da ALESP empenha esforços para aprovação do PLC 48/09

AGOSTO/2011

Projeto encontra-se na Comissão de Orçamento e Finanças, aguardando designação de Relator Especial

OUTUBRO/2011

Barros Munhoz e o Relator Roberto Engler se dizem favoráveis à aprovação do projeto aludido



Os Assistentes Jurídicos deverão dar suporte aos Juízes de primeira instância, classificando e organizando os processos, fornecendo relatórios precisos sobre o conteúdo deles

2011**2012****MAIO/2011**

Em reunião com o então Presidente da FIESP, Paulo Skaf, Magistratura ressalta pontos positivos do projeto de criação de cargos de Assistente

JUNHO/2011

Vinícius Camarinha, Mauro Bragatto, Barros Munhoz e Roberto Engler tomam conhecimento do interesse da Magistratura acerca do documento e se comprometem a atuar em prol da aprovação

JULHO/2011

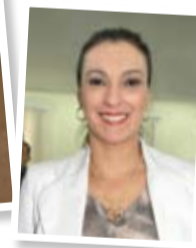
Deputada estadual Rita Passos colocou-se à disposição, durante Encontro Regional de Sorocaba, para defender mais esse projeto da Magistratura na Assembleia

SETEMBRO/2011

Deputados Capez e Nishimoto recebem nota técnica e comprometem-se a acelerar a aprovação

MARÇO/2012

Conquista! Projeto de Lei é aprovado pela ALESP



2.199 vagas de Assistente Judiciários serão criadas

ELEIÇÃO • CCH elege nova Diretoria

A Caixa de Assistência Mútua dos Magistrados – CCH realizou Assembleia Geral no dia 15 de fevereiro e elegeu os seguintes Magistrados para compor a nova Diretoria:

• Presidente

Morvan Meirelles Costa

• Secretário

Alfredo Migliore

• Tesoureiro

Flávio Abramovici

• Suplente

Egberto Accioli Freire

• Conselho

Gilberto Ildefonso Ferreira Conti

Antonio Roberto de Souza Aranha

Alcides Amaral Salles

• Suplente do Conselho

Hermes Pinotti



Morvan Meirelles Costa

CAPACITAÇÃO • Ministros assinam acordo para capacitação de Juízes

O Presidente do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Ari Pargendler, e o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, assinaram um acordo para promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para capacitação de Servidores e Juízes, em 1º de março. As ações serão conduzidas pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e Instituto Serzedello Corrêa.

O termo de cooperação envolve a realização de ações conjuntas por parte do CEJ-CJF, dirigido pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha; da Enfam, dirigida pelo Ministro

Cesar Asfor Rocha, e do Instituto Serzedello Corrêa, dirigido por Adriano Cesar Ferreira Amorim.

Os termos previstos no convênio estabelecem troca de experiências e de tecnologias para capacitação, aperfeiçoamento e especialização técnica de Servidores e Magistrados das duas instituições. Além disso, a parceria pretende estimular o desenvolvimento institucional e da gestão pública por meio de ações conjuntas de interesse comum. O cumprimento do acordo, no CJF, ficará a cargo do Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa, com supervisão da Secretária-Geral do CJF, Eva Maria Ferreira Barros, e da Secretária do CEJ-CJF, Maria Raimunda Mendes da Veiga. ■

INTEGRAÇÃO • Ministra Eliana Calmon conhece nova Presidência da APAMAGIS

“Minhas declarações foram totalmente distorcidas pela imprensa”, explicou a Corregedora durante a visita



Diretoria Executiva da APAMAGIS recebe a Ministra Eliana Calmon na sede da entidade

As declarações da Ministra Eliana Calmon, desde setembro do ano passado, vêm causando desconforto à Magistratura paulista e nacional. Sobre “bandidos de toga”, “impunidade na Magistratura” e “meia dúzia de vagabundos”, a Corregedora, acompanhada do Juiz assessor Ricardo Chimenti, esclareceu as declarações acerca da Justiça de São Paulo, durante um encontro realizado com a Diretoria Executiva da APAMAGIS, presidida por Roque Mesquita e composta pelos 1º Vice Fernando Bartoletti e 2º Vice-Presidente Irineu Fava, no dia 2 de março, na Sede Administrativa da APAMAGIS.

As aspás publicadas pela imprensa ainda ecoam entre os Magistrados. No entanto, mesmo com tantos acontecimentos levando a Magistratura à primeira página dos jornais de São

Paulo, a iniciativa da reunião com os novos dirigentes da APAMAGIS partiu da Ministra, que julgou importante conhecer a nova Presidência da maior Associação de classe do país.

A visita de Calmon à entidade demonstrou que a Ministra pretende acalmar os ânimos sobre suas asserções à mídia. “Minhas declarações foram totalmente distorcidas pela imprensa. Não fui eu quem abriu uma crise no Judiciário. Eu falei com um grupo de jornalistas de um jornal ‘inexpressivo’ do interior de São Paulo e gerou essa série de debates, afinal, os jornalistas não divulgaram o contexto de toda a entrevista”.

Além de esclarecer alguns pontos de sua atuação à frente da Corregedoria do CNJ, a Ministra elogiou o atual Presidente da Associação. “Ela queria conhecer o novo dirigente da APA-

MAGIS, que, de acordo com ela, estava iniciando uma gestão totalmente afinada com os ideais de Justiça e com o Presidente da Corte, Ivan Sartori”, contou o Presidente Roque Mesquita.

Também participaram do encontro a Diretora Secretária Luciana Bresciani; o Diretor Secretário-Adjunto, Domingos Frascino;

a Diretora de Departamento Financeiro Zélia Maria Antunes Alves; o Diretor-Adjunto do Departamento de Segurança, Antonio Augusto Neves; o Presidente do Conselho da APAMAGIS, Álvaro Augusto dos Passos; e o Assessor da Presidência Marco Antonio Martins Ribeiro de Campos. ■

• Eliana Calmon é recebida pelo Conselho Superior da Magistratura

No mesmo dia da visita à APAMAGIS, Calmon esteve no Tribunal de Justiça, a fim de retribuir a visita feita pelo Presidente Ivan Sartori, em janeiro deste ano, ao Conselho Nacional de Justiça.

Além de tratar de assuntos de trabalho, especialmente a questão do pagamento de precatórios por parte do Tribunal paulista, Calmon também informou que já existe um conjunto de dados sendo analisados por uma equipe técnica, mas que não há prazo para a conclusão da inspeção, que busca apurar irregularidades como pagamentos indevidos.

Por sua vez, Ivan Sartori revelou que o TJ enfrenta problemas estruturais para administrar o grande volume de pagamento de precatórios por conta da EC 62/09. Por isso, solicitou ao CNJ o apoio em soluções que impliquem em rapidez nos pagamentos.

No dia 23 de março, a Ministra e uma equipe do CNJ se reuniram com representantes do TJ/SP e da OAB para tratar da organização do setor de precatórios em São Paulo. O programa de apoio à estruturação da área de precatórios foi instituído pela Corregedoria Nacional em 2011, quando foram atendidos Tribunais de seis estados.

A ministra Eliana Calmon deseja, ainda neste ano, levar o programa a todos os Tribunais que precisam de ajuda. Além disso, a equipe da Corregedoria deve fazer uma verificação nos Tribunais que não pediram apoio informando que já estão com o serviço organizado.



DÁ PARA COMBATER A CORRUPÇÃO DE MANEIRA EFICIENTE COM INSTRUMENTOS DO SÉCULO PASSADO?

OS JUÍZES DE SP E A APAMAGIS TAMBÉM ACHAM QUE NÃO!

POR **Mais** Justiça

www.pormaisjustica.com.br

Associação Paulista de Magistrados, há mais de 58 anos defendendo a Justiça de São Paulo.

APAMAGIS

O porquê da falta de Juizes

José Carlos G. Xavier de Aquino

Desembargador Presidente da Comissão do 183º
Concurso da Magistratura de São Paulo

Fico perplexo com as desinformações atinentes ao Poder Judiciário, mormente quando leio os jornais de grande circulação deste país, dando conta de notícias completamente equivocadas a respeito da vida comezinha e cotidiana dos Tribunais de Justiça. Li, estupefato, no editorial deste prestigioso periódico que circulou em 02.02.2012, sob a epígrafe “A Falta de Juizes”, a assertiva de que seria conveniente a Juizes e Desembargadores o não preenchimento das vagas dos cargos de Magistrados substitutos. Os primeiros, porque estariam acumulando Comarcas e, com esse agir, recebendo “adicionais e outras vantagens financeiras”. Os segundos, porque estariam amealhando poder na medida em que indicariam aqueles que receberiam os “benefícios” acima.

Com 37 anos de carreira, não conheço nenhum agente do Poder Judiciário que ficasse contente com o chamado acúmulo de Comarcas, pelo simples fato de que as diárias (essa sim a rubrica correta) não compensam tal sacrifício. Ora, se é humanamente impossível dar conta do acervo de processos de uma só cidade, quem dirá levar a cabo os processos distribuídos a duas ou mais Varas, pois, felizmente, o jurisdicionado, parafraseando o Min. Cezar Peluso, ainda confia na Justiça pátria, tendo em vista o número crescente de demandas que diuturnamente são proto-

colizadas nos foros deste país de dimensão e população continental (como o próprio matutino reconhece, são 18 milhões de ações distribuídas anualmente), ao passo que aqueles incumbidos de entregar Justiça não ultrapassam o patamar dos 17 mil Juizes.

Ademais, os Magistrados de primeiro grau não teriam o condão de influenciar na matéria em comento, a qual, aliás, é de competência exclusiva do Presidente da Corte.

Retornando ao tema nuclear, a realização de novos concursos para a seleção de Magistrados, ao contrário do que se tentou passar ao leitor, não fica ao bel talante do TJ, isso porque o Presidente da Corte não pode aumentar as despesas de custeio do Tribunal, uma vez que deve estar balizado na Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece o diminuto percentual de 6% para os gastos do Poder Judiciário, sob pena de, se assim não agir, cometer improbidade administrativa.

É bom que se esclareça que, por vezes, o aumento de salário mencionado no aludido editorial diz respeito aos milhares de servidores públicos do Poder Judiciário que, não raro, almejam justo reajuste e, invariavelmente, se isso não ocorre, entram no estado de greve, prejudicando significativamente o bom andamento do serviço judiciário, que só não chega ao caos total em razão de abnegados funcionários que se prestam a trabalhar, nessas ocasiões, em processos efetivamente relevantes.

De mais a mais, é tarefa das mais difíceis escolher Juizes, daí por que o rigor na seleção. Não se trata de preencher vagas em uma

fábrica ou em uma construção. A par dos conhecimentos técnico-jurídicos, o candidato tem que ostentar reputação ilibada, vocação para exercer o mister, caráter, personalidade destacada, determinação e, sobretudo, destemor em sentido lato, haja vista as constantes notícias de assassinatos de Magistrados ou agressão aos seus parentes. Para tanto, os candidatos, às vezes sem saber, quando têm contato com a comissão do concurso, se submetem a uma bateria de exames de ordem social, comportamental, postura, tirocínio, encadeamento de raciocínio lógico, avaliação psicológica, atributos dos quais o Magistrado não pode prescindir.

Poder-se-ia indagar: Seria necessário tanto?! E a resposta é positiva, quando se sabe que as organizações criminosas têm pago estudos para os seus afiliados, a fim de infiltrar nos quadros dos Três Poderes pessoas que no futuro podem beneficiá-los. Além disso, a Magistratura, em todo país político e democraticamente organizado, não se consubstancia num quadro de simples funcionário público, mas sim numa carreira de estado, em que seus membros devem receber subsídios condignos ao cargo que representam.

Saliente-se que tais vencimentos não se prestam para satisfazer interesses pessoais, mas sim para garantir os interesses dos jurisdicionados, visto que esses Magistrados ao julgarem causas que envolvam milhões ou bilhões de reais não se sintam tentados a desonrar a toga. Por mais que se faça essa

triagem, como em toda atividade humana, o Juiz também pode cometer pecadilhos os quais, no Estado de São Paulo, são prontamente apurados pela Corregedoria Geral de Justiça, sendo certo que o agente do Poder Judiciário, se for o caso, será julgado, garantindo-se-lhe o devido processo legal, como a todo e qualquer demandado, ressaltando que tal procedimento ocorre em sessão pública e pode ser facilmente acompanhada por qualquer cidadão todas as quartas-feiras no Palácio da Justiça.

Como se vê, o concurso da Magistratura, o do Instituto Rio Branco, o das Agulhas Negras, entre outros, devem voltar sua ótica não só para o conhecimento intelectual do candidato, mas, sobretudo, ao homem na acepção do termo.

Não sei a quem interessa o descrédito do Poder Judiciário, mas estou cômico que as consequências serão funestas. Imagine-se, *v.g.*, um Poder Judiciário débil, verdadeiramente fragilizado ter que julgar questão envolvendo a estatização do papel da imprensa, numa forma indireta de bolorenta censura, como ocorreu na vizinha Argentina e, como ocorrerá em lei semelhante no Equador, lei essa que se encontra em fase de *vacatio legis*?

No Estado bandeirante, a comissão é composta por destacados Desembargadores das sessões de Direito Privado, Público e Criminal, bem como representante da OAB que, inclusive, é articulista deste festejado jornal.

É tempo de reflexão! ■

NOTA • Presidentes do TJ/SP e da APAMAGIS repudiam declaração de Ophir Cavalcante

O **Presidente** do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, lançou pesadas críticas sobre a atuação de Servidores e Magistrados em relação à tramitação dos processos que envolvem precatórios, num pronunciamento recente.

O Presidente do TJ/SP, Ivan Sartori, se manifestou de forma contundente: “O Tribunal de Justiça lamenta as declarações levianas lançadas pelo Presidente do Con-

selho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, acerca dos precatórios em trâmite nesta Corte. O Desembargador responsável pelo departamento respectivo e os Servidores têm feito de tudo para arrostar o volume impressionante de precatórios e a precariedade da estrutura. Oportuno lembrar que a situação crônica da dívida retratada em precatórios é fruto do descaso da Administração Pública e não do Tribunal, que tem se

desdobrado para desempenhar seu mister. A Presidência atual, inclusive, está pedindo auxílio à OAB, ao Executivo e ao CNJ para otimizar os serviços. Declarações bombásticas e destrutivas, como aquela lançada por Ophir, não se coadunam com a relação amistosa mantida entre o Judiciário e a gloriosa classe dos Advogados”.

O Presidente da APAMAGIS, Roque Mesquita, reforçou: “É preciso que as pesso-

as que representam instituições importantes para a Justiça, como é o caso da OAB, tenham ao menos o cuidado de conhecer a realidade antes de se pronunciar. A situação da Justiça paulista é grave, e apenas não entrou em colapso porque os Servidores e os Magistrados se desdobram em sua missão. Para dizer o mínimo: é lamentável a postura daqueles que, em busca de holofotes, disseminam inverdades”. ■

Colônias de Férias

Divulgaremos sempre no Tribuna da Magistratura o calendário oficial de 2012 de inscrições e sorteios de vagas para as colônias da APAMAGIS em feriados e períodos de férias.



FERIADOS/FÉRIAS	INSCRIÇÕES	SORTEIO	PERÍODO
Corpus Christi	19/03/2012 até 07/05/2012	09/05/2012 Quarta-feira	07/06/2012 a 10/06/2012
Férias de Julho	02/04/2012 até 28/05/2012	30/05/2012 Quarta-feira	Todo o mês de julho
Independência do Brasil	18/06/2012 até 30/07/2012	01/08/2012 Quarta-feira	07/09/2012 a 09/09/2012
Nossa Senhora Aparecida	23/07/2012 até 03/09/2012	05/09/2012 Quarta-feira	12/10/2012 a 14/10/2012
Finados	30/07/2012 até 24/09/2012	26/09/2012 Quarta-feira	02/11/2012 a 04/11/2012
Proclamação da República	27/08/2012 até 01/10/2012	03/10/2012 Quarta-feira	15/11/2012 a 18/11/2012
Ano Novo e Férias de janeiro 2013	24/09/2012 até 05/11/2012	07/11/2012 Quarta-feira	Ano Novo e todo mês de janeiro de 2013

PRÊMIO INNOVARE • Inscrições vão até 31 de maio

Os interessados em participar da IX edição do Prêmio Innovare já podem se inscrever no concurso. A iniciativa escolhe e dissemina boas práticas jurídicas que aumentem a qualidade da prestação jurisdicional aos cidadãos.

O tema este ano será “Desenvolvimento e Cidadania”. As inscrições devem ser realizadas no site da instituição (www.premioinnovare.com.br) até 31 de maio. O Prêmio é dividido em seis categorias: Tribunal, Juiz, Advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública e Prêmio Especial.

A categoria Prêmio Especial irá reconhecer práticas relacionadas à “Justiça e Sustentabilidade”, em apoio à Conferência Internacional Rio+20, que irá reunir, no Rio



de Janeiro, líderes do mundo todo para discutir novas diretrizes acerca da preservação do meio ambiente.

Os vencedores de cada categoria receberão R\$ 50 mil (exceto a categoria Tribunal), e o ganhador do Prêmio Especial terá a oportunidade de participar de um intercâmbio para conhecer o sistema judiciário e as autoridades da área jurídica de outros países.

O Prêmio é realizado pelo Instituto Innovare em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, AMB, Conamp, Anadep, Ajufe, OAB e ANPR. ■

EXPOSIÇÃO • Grupo pretende difundir cultura

Visita à exposição de Portinari no Memorial da América Latina, reforça a ideia de Magistrados aposentados em participar de atividades culturais



Magistrados componentes do Grupo de Apoio à Justiça estiveram no Memorial da América Latina, no dia 13 de março, conferindo a exposição “Candido Portinari – Guerra e paz”, uma das mais importantes montagens do artista.

De acordo com o Secretário do GAJ, Des. Laercio Laurelli, o objetivo do Grupo é promover a interação cultural, agendando visitas para divulgar o voluntariado em setores sociais e culturais.

Para a Magistrada aposentada Dalva Rosa de Haro, um dos pontos forte do Grupo é a dissemi-

nação da cultura. “O Grupo não vai só se dedicar a questões jurídicas e de conciliações, mas também vai passar a cuidar da cultura. Vamos fazer visitas periódicas a diversos pontos culturais para propiciar um maior intercâmbio cultural”. Esta foi a primeira visita do Grupo, que pretende fazer outras incursões de contato.

Os Magistrados Osmar Bocci, Luiz Roberto Ribeiro Bueno, Luzia Rita Ferreira Caneghem, Dalva Rosa de Haro, Walter Antonio Zeni, Luiz Antonio de Oliveira Ribeiro e a senhora Agnes Maria Hernandez Cassavia estiveram presentes na exposição. ■

O tema este ano será “Desenvolvimento e Cidadania”. As inscrições devem ser realizadas no site da instituição

Sr(a). Magistrado(a): garanta o futuro e o bem-estar de sua família contratando o Seguro de Vida com **Carência Zero**.

Além da Carência Zero, a MDS Consultores de Seguros e Risco oferece também para o Associado APAMAGIS outros diferenciais exclusivos no Seguro de Vida:

- ✓ Indenização em dobro no caso de Morte Acidental
- ✓ Indenização por Invalidez Permanente por Acidente (total ou parcial)
- ✓ Assistência Funeral Padrão Luxo: custeio e acompanhamento especializado na solução de questões burocráticas
- ✓ Valores de Contratação e Capitais Segurados de acordo com a faixa etária
- ✓ Possibilidade de Contratação pelo Cônjuge

Para mais informações:

Posto de Atendimento APAMAGIS: (11) 3104 2933

Central MDS: (11) 3334 7304 - opção 2

2ª a 6ª feira das 8h30 às 18h www.mdsbr.com.br/worksite/apamagis



APAMAGIS

m ds

CONSULTORES DE SEGUROS E RISCO

Coberturas, vantagens e benefícios de cada produto e plano variam de acordo com a seguradora parceira. Consulte as condições gerais.

Diversidade

Carolina Nabarro Munhoz Rossi
Juíza de Direito

Fiz a faculdade de Direito junto com a de Jornalismo e me tornei Juíza pela total impossibilidade de ser qualquer outra coisa. Amo o que faço e não me vejo fazendo qualquer outra coisa. Estudei muito para passar no concurso, abdiqueei de levar uma vida normal por certo tempo mesmo tendo dúvida de ter êxito, porque não podia imaginar função mais bela que a de julgar, a de pacificar os conflitos, tornando as pessoas mais felizes...

Depois de quase 13 anos de profissão, continuo tão apaixonada pelo que faço quanto quando decidi me dedicar a esse trabalho, mas tenho que admitir que no mais das vezes, já fico bastante satisfeita quando consigo tornar as pessoas um pouco menos infelizes...

Tarefa difícil essa de julgar. Não se pode querer agradar as pessoas sob pena de se cometer injustiças injustificáveis.

Descobri que não é tarefa do Juiz pacificar nem fazer ninguém feliz e que no mais das vezes tornamos ambas as partes que nos procuram, em busca da solução para o impasse que está naquele processo, infelizes.

A verdade é que as pessoas talvez até acreditem que a solução do processo lhes devolverá a paz ou lhes trará felicidade, mas isso raramente acontece. Mesmo quem ganha a ação não consegue fazer o tempo voltar e, certamente, já não é mais aquela pessoa que foi ofendida e buscou, através do

Judiciário, que as coisas voltassem a ser o que eram.

Porque geralmente o que se busca é isso.

Que as coisas voltem a ser o que eram.

Que o inquilino volte a pagar o aluguel, que o nome volte a ter valor, que o criminoso seja punido e se tenha novamente a sensação de paz de antes da quebra da ordem social...

Mas nenhuma sentença faz o tempo voltar e o processo leva um tempo que geralmente as pessoas não têm, porque tempo é o bem mais precioso que temos nos dias de hoje.

E, a cada dia que passa, a pessoa muda um pouco e aquela pessoa que queria aquela reparação vai deixando de existir e, quando a reparação chega, chega para alguém que já não se sentirá reparado por ela.

Como tenho amigos da área jurídica e jornalística em igual número, passo muito tempo tentando explicar os Jornalistas aos Juizes e os Juizes aos Jornalistas. Não sei se consigo.

Meus amigos Jornalistas costumam dizer que nem todos os Juizes são comprometidos como eu. A maioria não conhece outros Juizes além de mim, mas, ainda assim, não tem uma imagem muito boa da Magistratura. Quando pergunto a razão, sempre me contam algum caso de algum processo que demorou demais, de alguma sentença que não acharam justa ou de algum Juiz inacessível à imprensa.

Já meus amigos Juizes reclamam das matérias que divulgam fatos que sabemos serem inverídicos, com dados maquiados

e conclusões tendenciosas, mas que todos sabemos serem baseadas em fontes da área jurídica que desfrutam de prestígio na imprensa, talvez até por serem mais acessíveis que os próprios Magistrados...

Não nego que essas situações igualmente me decepcionam, mas consigo enxergar o que há por trás do que se apresenta.

Entendo a frustração de alguém que acredite ter direito e não tenha esse direito reconhecido, ou o tenha reconhecido, mas o Juiz entenda que isso não tem valor econômico, por exemplo, o que não significa que esse Juiz não tenha estudado o processo e ouvido ambas as partes, ou pior, que tenha sido "comprado" pela parte contrária, como muitas vezes já ouvi insinuarem.

Conto nos dedos algum caso que tenha ouvido de Juiz estadual paulista corrupto em todos esses anos de carreira e os que ouvi foram devidamente punidos, nos termos da lei e não são mais Juizes.

No caso acima, o Juiz julgou de acordo com o entendimento dele e a lei assim o prevê. Outros Juizes decidirão de forma diferente, talvez, e a decepção com um Juiz não pode atingir a todos. Uma amiga Delegada, outro dia, parou para ajudar dois rapazes que se acidentaram em uma motocicleta e foi assaltada. Isso não significa que ela não deva mais ajudar ninguém porque sempre será assaltada, significa?

Outro dia um senhor em uma cadeira de rodas bateu no vidro do meu carro, me pedindo dinheiro. Eu não tinha dinheiro, mas tinha um pacote fechado de torradinha na

bolsa. Abri o vidro e ofereci a ele. Ele recusou e me olhou com uma expressão de raiva que me chocou. Fiquei chateada, mas não vou deixar de dar comida a outro que me pedir por causa dele.

Quero dizer com isso que as pessoas são diferentes. Que os valores das pessoas são diferentes e não poderia ser diferente com o Juiz que também vive em sociedade e imerso nesses mesmos valores. Os Juizes não são robôs programados para pensar e decidir igualmente.

Isso não é ruim. É assim que se muda a jurisprudência, que se oxigena o entendimento das leis.

Enquanto tivermos Juizes preocupados em aplicar as leis e ouvir as pessoas, estudando cada caso com a atenção que merece e Jornalistas preocupados em verificar a veracidade das informações antes de divulgá-las, considerando o efeito que elas terão sobre as pessoas, ambos se conduzindo com responsabilidade, com ética e principalmente com respeito para com a carreira que escolheram, cientes dos compromissos que assumiram com a sociedade, agindo com verdade, não há como não acreditar que tanto o Judiciário como a Imprensa conseguirão se depurar, expelindo os maus profissionais, e sair ainda mais fortes dessa crise pela qual ambos vêm passando, porque o que os sustenta são as pessoas que os compõem. ■

* Artigo publicado originalmente no site "Judex, Quo Vadis?"



VOCÊ ACHA JUSTO QUE
MAGISTRADOS COMBATAM
O CRIME ORGANIZADO SEM
SEGURANÇA ADEQUADA?

OS JUÍZES DE SP E A APAMAGIS
TAMBÉM ACHAM QUE NÃO!

POR **Mais** Justiça

www.pormaisjustica.com.br

Associação Paulista de Magistrados, há mais de 58 anos defendendo a Justiça de São Paulo.



APAMAGIS

Dano Moral - Aspectos destacados

Antonio Raphael Silva Salvador

Desembargador e Professor Universitário

1- O que é dano para nosso Código Civil - O art. 186 dispõe: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

Lembremos as posições de Maria Helena Diniz, e Yussef Said Cahali no mesmo sentido, mostrando a existência dos danos extrapatrimoniais ou morais, causando o sofrimento psíquico ou moral, com as dores, as angústias e as frustrações infligidas ao ofendido.

Mas esse dano surge pelo ataque ao direito que a pessoa tem de sua personalidade, que atacada atinge a sua dignidade, dignidade que surgiu com o seu nascimento. Haverá o dano moral quando a ofensa é aos atributos ou qualidades físicas ou morais da pessoa.

2- Essa proteção está principalmente em nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, incisos V e X, como garantia fundamental, cláusula pétrea e, portanto, imutável, perfeita afirmativa do grande Rui Stoco, em seu *Tratado de Responsabilidade Civil*, 8ª edição, RT, p. 1871.

Outras leis temos defendendo o direito à reparação pelo dano moral: CC. art. 186; Lei 4.117, de 27.8.92; Lei 5.250, de 9.2.1967. O Código de Defesa do Consumidor, art. 6º, V.

3- Dano Moral na Antiguidade com o Código de Hamurabi e o Código de Manú já previam essa reparação como um sagrado

direito que todos tinham dentro de sua família, de suas relações e da comunidade.

4- A dor moral pode estar ligada ou não a um dano físico e neste último caso será cabível cumulação de pedido por dano físico e moral, inclusive juntados os pedidos para uma sentença só. Temos uma Súmula do STJ, de nº 37, afirmando que serão cumuláveis as indenizações por dano material e moral decorrentes do mesmo fato. Ver ainda RT ns. 786:237; 436:97; Lex (STJ 29:190).

5- Contra uma ideia surgida, o grande civilista brasileiro Rui Stoco afirma com muita razão que nem mesmo a Carta Magna poderia tarifá-la e elencar as hipóteses de dano moral e nem medir a dor moral sofrida para o cálculo de sua indenização, "pois codificada ou não, iria sempre ter efeitos meramente exemplificativos, jamais sujeitos a *numerus clausus*, por força do dinamismo da vida e dos fatos."

Para o jurista Nehemias Domingos de Melo, citado por Rui Stoco em seu insubstituível *Tratado de Responsabilidade Civil*, 8ª edição, fica claro que os direitos da personalidade são direitos essenciais, vitalícios e imateriais, insusceptível de quantificação pecuniária, porém indenizável com tríplice finalidade: satisfativo para a vítima, dissuasório para o ofensor e de exemplaridade para a sociedade".

6- A inicial de ação sobre dano moral e a necessidade ou não de um pedido certo. Pode o autor pedir na ação que o Juiz fixe o dano moral a seu critério? Entendemos que pode até haver o pedido para o Juiz quantificar a

pretendida dor moral, mas o mais correto é o próprio autor dizer quanto quer receber para compensar a dor moral sentida. Dele são a dor e a extensão da ofensa recebida.

O valor pedido precisa ter sempre um certo limite para a fixação da indenização? Entendemos que não, pois deverá sempre atender ao binômio extensão da ofensa e possibilidade do agressor.

7- Ação sempre iniciando um processo de conhecimento, condenatório ou declaratório, mas preferentemente uma ação condenatória, para evitar duas ações com a mesma finalidade. Haverá um pedido certo e uma sentença certa e determinada, sem fixação da indenização em liquidação.

8- De quem é o ônus da prova? Pode haver inversão do ônus da prova? Evidentemente a prova dos fatos alegados é do autor, que mostrará a ação do réu, não sendo cabível a inversão do ônus da prova.

9- A sentença deverá ser forçosamente certa e determinada, não deixando o valor da condenação para a liquidação.

10- Mesmo com pedido e depois à revelia do réu, quando deverá o Juiz considerar provados os fatos alegados, será normalmente necessário que haja o prosseguimento da ação para melhor apreciar a extensão da dor e a fixação do valor da indenização. Isso se não for possível a conciliação das partes. Deve sempre ser tentado com ardor o acordo.

11- Entendemos com Rui Stoco que "o prejuízo causado pelo dano moral, pelo ato do agressor, independe de prova, ou melhor, comprovada a ofensa moral o direito à in-

denização desta decorre, sendo dela presumido. Significa, em resumo, que o dever de reparar é corolário da verificação do evento danoso, dispensável, ou mesmo incogitável, a prova do prejuízo." (*Tratado de Responsabilidade Civil*, 8ª edição, p. 1907).

12- Dúvidas continuam existindo na doutrina e na jurisprudência sobre se possível o pedido de dano moral sofrido pelo parente morto.

Hoje vemos no art. 943 do Código Civil a afirmativa de que "o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança." Como entender o artigo?

Em alguns julgados, especialmente do Superior Tribunal de Justiça, vemos decidido que há para os herdeiros o direito de prosseguir na ação de indenização, em direito transmitido aos herdeiros, portanto, quando a ação fora proposta pela vítima, agora falecida (4ª Turma - STJ, rel. Min. Rui Rosado, Resp. n. 440.6260).

No entanto, da mesma forma, o nosso Superior Tribunal de Justiça decidiu que os herdeiros da vítima não têm legitimidade para intentar ação de indenização por danos morais sofridos pelo parente falecido (Resp. n. 302.029, rel. Min. Nancy Andrighi). Acórdão bem fundamentado, mostrando que se trata de direito à honra, personalíssimo, que não se transfere, mesmo porque poderia a vítima não se sentir ofendida ou não desejar pedir indenização. O art. 928 do Código Civil somente admite a transmissão do direito aos herdeiros se a obrigação não for personalíssima, que aqui inegavelmente é. ■

O país de nossos sonhos

Geraldo Ferreira Lanfredi

Diretor-Adjunto do Núcleo de Direito Ambiental

Não se pense que sou contrário às comemorações do tríduo momesco. Essa é uma antiga instituição que remonta ao vetusto costume da Igreja de fazer preceder de alegre festa o rigor da chegada da Quaresma, o tempo de penitência que precede a Páscoa.

O carnaval, que me traz grata recordação, é aquela celebração de "pierrôs e colombinas", de confetes ou mesmo de lança-perfumes, hoje proibidos por nocivos à saúde, mas que, pela maneira familiar de diversão, lembra uma festa ainda revestida de coisas simples e inocentes.

O que, porém, assistimos nos tempos atuais é a um carnaval, em grande parte, alienante e violento. Alienante, pois envolve, muitas vezes, massas de gente pobre e excluída, que descem dos morros das fa-

velas e vão para as avenidas desfilar ricas fantasias nas quais têm seu dia de glória: cantam, pulam e entram no frenesi coletivo, "prá tudo se acabar na quarta-feira", como diz refrão de uma das populares músicas carnavalescas. Violento, sobretudo, pelos ingredientes de criminalidade nas duas maiores metrópoles do carnaval nos anos passados.

Não obstante as escolas de samba do Rio e de São Paulo demonstrarem a criatividade e o talento de um povo na produção de espetáculos luxuosos que envolvem milhões de reais, todo esse trabalho é dirigido, no entanto, para uma explosão de alegria passageira e fugaz. Oxalá o poder criativo dos sambas-enredo e da organização dos monumentais desfiles, tidos e havidos como o maior espetáculo da Terra, se orientasse, também, para um fim mais nobre e duradouro de urbanização das favelas e de redução da criminalidade.

O país com que sonhamos é, com efeito, aquele das favelas urbanizadas, das drogas exterminadas e da criminalidade contida, em que se aplicam a técnica e o espírito da *Agenda 21*.

Essa, com efeito, foi a principal declaração da ECO92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada de 04 a 14/06/1992, no Rio de Janeiro), que será objeto de nova conferência, no mesmo local, de 13 a 22/06/2012, ora denominada Rio+20, em parceria com todos os segmentos da sociedade: trabalhadores e intelectuais, empresários e ambientalistas, igrejas, organizações não governamentais (ONGs) e Governo, em todas as áreas, visando ao desenvolvimento sustentável.

A ECO92 está sendo implantada, gradualmente, no Rio e em São Paulo e estará em condições de promover, por meio de uma política participativa, contínua e perma-

nente das autoridades municipais, em parceria com a sociedade civil, atividades carnavalescas redimensionadas e sustentáveis. Assim, poderá a imaginação, além do poder criativo e do poder financeiro das organizações de escolas de samba, serem colocadas a serviço da comunidade para socorrer as populações marginalizadas e carentes.

Nesse sentido, essas organizações, bem como os municípios, poderiam ser chamados, cada qual, a destinar o equivalente a não menos de 20% do valor arrecadado no carnaval, para estabelecer planos de trabalho e auxiliar na solução dos problemas das comunidades carentes.

Este é o Brasil do século XXI, que, portanto, não ficará, apenas, como um País de nossos sonhos, mas uma Nação renovada. Que Deus assim nos ajude, rogando-Lhe que a comemoração da Páscoa, ora iniciada, infunda em todos nós a fé em uma Pátria melhor. ■

Acróstico

Dalva Rosa de Haro
Juíza de Direito Aposentada

Senhor Desembargador Sebastião Luiz
Amorim,
Com meus cumprimentos presto-lhe respeitosa homenagem pelo lançamento do seu livro "Caminhando..."

Se o destino traçou-lhe a profissão
E se esta profissão lhe deu renome,
Bem mais que este renome foi a meta
A que, entre as metas – tantas! – desta vida,
Sempre a vida entregou com primazia.
Tal primazia a teve o idealismo,

Idealismo que lhe nutre o ânimo,
Ânimo forte em semear cultura
Onde em cultura as letras se transformem...

Letras jurídicas o apresentaram;
Uma apresentação vitoriosa,
ímpar vitória do conhecimento,
Zeloso conhecer que é do Direito.

Ao ter, pois, o Direito a lhe inspirar,
Maior inspiração sentiu ao ver
O sentimento germinar em versos,
Raros versos a definir-lhe a imagem,
Imagem que o fez, na Magistratura:
Magistrado, de profissão... Poeta! ■

“Comentários ao Código de Processo Civil”

Acaba de ser lançado o livro “Comentários ao Código de Processo Civil”, de autoria de três renomados acadêmicos: José Manoel de Arruda Alvim Netto, Eduardo Arruda Alvim e Araken de Assis. A obra, editada pela Editora GZ (RJ), tem 1.718 páginas e é considerada um dos livros mais completos e atuais sobre o Código de Processo Civil.



O trabalho é resultado de estudo minucioso, permitindo ao leitor encontrar fundamentos para solucionar diversas questões intrincadas que surgem no dia a dia acadêmico e forense.

Os associados da APAMAGIS têm desconto de 40% para a aquisição da obra pelo site www.editoragz.com.br (usar o código promocional APA). ■

Confira a nova tabela de diárias das Colônias de Férias da APAMAGIS

Campos do Jordão, Ibirá e Guarujá têm reajuste de 5%, a partir de 1º de abril

Vigência a partir de 01/04/2012

ALTA TEMPORADA: todos os dias no mês de Janeiro e nos feriados prolongados de Carnaval, Semana Santa, Corpus Christi, Proclamação da República e Ano Novo.
Obs.: nos pernoites de sexta-feira p/ sábado e de sábado p/ domingo durante todo o ano (exceto nos períodos acima citados), Será cobrada diária de baixa temporada.



Colônia de Colônia de Termas de Ibirá Termas de Ibirá

NÚMERO DE OCUPANTES	DIÁRIAS BAIXA TEMPORADA	DIÁRIAS ALTA TEMPORADA
Até 2 pessoas	R\$ 98,00	R\$ 125,00
Até 3 pessoas	R\$ 112,00	R\$ 140,00
Até 4 pessoas	R\$ 125,00	R\$ 153,00
Até 5 pessoas	R\$ 140,00	R\$ 168,00
Até 6 pessoas	R\$ 153,00	R\$ 182,00
Até 7 pessoas	R\$ 168,00	R\$ 195,00

*Café da manhã não incluído na diária



Colônia do Colônia do Guarujá Guarujá

NÚMERO DE OCUPANTES	DIÁRIAS BAIXA TEMPORADA	DIÁRIAS ALTA TEMPORADA
Até 2 pessoas	R\$ 98,00	R\$ 125,00
Até 4 pessoas	R\$ 125,00	R\$ 167,00
Até 6 pessoas	R\$ 140,00	R\$ 208,00
Até 8 pessoas	R\$ 167,00	R\$ 251,00
Coberturas aptos 51 e 52 (independentemente do número de ocupantes, até o limite de 9 pessoas)	R\$ 278,00	R\$ 320,00

*Café da manhã não incluído na diária



Colônia de Colônia de Campos do Jordão Campos do Jordão

NÚMERO DE OCUPANTES	DIÁRIAS BAIXA TEMPORADA	DIÁRIAS ALTA TEMPORADA
Até 2 pessoas	R\$ 181,00	R\$ 237,00
Até 3 pessoas	R\$ 208,00	R\$ 265,00
Até 4 pessoas	R\$ 251,00	R\$ 306,00
Até 5 pessoas	R\$ 306,00	R\$ 362,00
Casa nº 18 (independentemente do número de ocupantes, até o limite de 6 pessoas)	R\$ 404,00	R\$ 459,00
Casa nº 19 (preços válidos para até 8 pessoas. Capacidade máxima de 10 pessoas)	R\$ 557,00 (+ R\$ 66,00 por pessoa a partir do 9º hóspede)	R\$ 612,00 (+ R\$ 72,60 por pessoa a partir do 9º hóspede)

*Café da manhã e sopa à noite incluído na diária

Um velho novo mundo

Cresce aquisição de terras vinícolas por parte de investidores emergentes



Não há uma bebida que guarde mais história que o vinho. Ele acompanha os principais passos da humanidade e esteve presente em momentos singulares como a Santa Ceia. E esse fermentado de uvas continua a ditar tendências e se reconstruir a cada dia, graças a impulsos que ninguém em sã consciência poderia supor num passado bem próximo, afinal você acreditaria que os chineses haveriam de comprar castelos na região de Bordeaux e pedaços do terroir mais disputado do mundo?

Ou ainda que algum amigo seu compraria uma pequena gleba em Mendoza para produzir vinho próprio?

Para bem ou para o mal – só o futuro vai dizer – esses fatos já começaram a acontecer e teremos uma nova geopolítica do vinho. Para compreender um pouco mais sobre esse fenômeno, a equipe do *Tribuna da Magistratura* separou três regiões que passam ou passaram por essa mudança e mostra belezas singulares que o enoturismo oferece.

O Poderoso Napa Valley

Francis Ford Coppola, um dos maiores diretores de cinema do mundo, é um dos principais exemplos de pessoas que se apa-

xonaram pela vinicultura de maneira tão intensa que resolveram literalmente fincar raízes nas terras.

Coppola, diretor da trilogia do *Poderoso Chefão* e *Apocalypse Now*, comprou área na Califórnia e produz clássicos nas uvas Zinfandel e suas irmãs. Graças à experiência com vinhos, Coppola empresta fama a hotéis sensacionais em diversas partes do mundo, como Buenos Aires (www.coppolajardinescondido.com), Belize (www.coppolaresorts.com/turtleinn) e Itália (www.palazzomargherita.com).

Além de Coppola, diversos americanos e estrangeiros investem na indústria vinícola da Califórnia, principal estado produtor de vinho nos Estados Unidos.

Marco Polo às avessas?

No passado, reza a lenda, Marco Polo saiu da Europa e descobriu verdadeiros tesouros na China e Oriente. De lá ele teria trazido o macarrão, o sorvete e outras iguarias, que ganharam toques ocidentais.

O caminho parece ter se invertido, afinal são os chineses emergentes que estão invadindo regiões seculares da tradição europeia para produzir vinhos e criar uma rota turística com sabor oriental.

Alguns dos castelos mais tradicionais da região de Bordeaux estão nas mãos da classe mais abastada da China, como o *Chateaux du Grand Mouëys* e sua arquitetura do Século XVIII e mais de 60 hectares de vinhas. O feliz proprietário? O milionário chinês Jin Shan Zhang.

O vinho argentino é nosso!

Graças ao Mercosul e a quebra de barreiras alfandegárias, o Brasil é um dos maiores importadores mundiais dos vinhos argentinos. Nossos consumidores já aprenderam a apreciar alguns rótulos célebres e uvas típicas da região, como a Malbec.

Mais ainda, a mais prestigiada região vinícola da Argentina, Mendoza, já se tornou um dos destinos turísticos prediletos dos brasileiros. Não são poucos os casais que “esticam” de Buenos Aires para o pé da Cordilheira dos Andes para admirar paisagens paradisíacas e, de quebra, degustar excepcionais vinhos.

Essa paixão explica o crescente número de brazucas que estão investindo na região, alguns criando rótulos próprios. ■

Serviço

Para conhecer esse e inúmeros outros roteiros percorridos com segurança, comodidade e descontos reais, entre em contato com o Departamento de Turismo da APAMAGIS pelo telefone (11) 3292-2200.

Não há uma bebida que guarde mais história que o vinho. Ele acompanha os principais passos da humanidade e esteve presente em momentos singulares como a Santa Ceia

